



GT06 - Educação Popular – Trabalho 508

“NEM TUDO SÃO FLORES”: A INTERFACE DA EDUCAÇÃO POPULAR E UM MODO DE SER MULHER, MÃE E LÍDER NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - UNEB

Carmem Lúcia Eiterer - UFMG

Agência Financiadora: UNEB -BOLSA PAC- DT

Resumo

Este texto objetiva apresentar condições e instâncias formativas por meio das quais mulheres camponesas e líderes das CEBs, que pouco frequentaram a escola, construíram sua participação nas culturas do escrito. Seguem-se os pressupostos qualitativos de pesquisa. Utiliza-se história oral para reconstituir, mediante a trajetória de vida de seis entrevistadas, o processo de atuação e de formação nas CEBs rurais, com destaque para os modos de ser mãe, mulher e líder comunitária. As entrevistas e os eventos de letramento observados nas CEBs identificaram formas de acesso e apropriação de materiais escritos e várias práticas de leitura e escrita com usos e funções diferentes. Foi possível interpretar que as distintas formas de essas mulheres participarem nas culturas do escrito se pautam na mediação entre a oralidade, fundamental nesse contexto, e a leitura e a escrita, imprescindíveis para a sociedade. Os resultados da investigação reafirmam a necessidade de formular políticas de Educação Popular que incorporem experiências que os sujeitos construíram ao longo de suas trajetórias de vida em torno da leitura e da escrita, as quais se traduzem em variadas formas de aprendizagem, demandadas pela vida cotidiana, pelas práticas religiosas e pela participação cidadã.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Educação Popular. CEBs. Culturas do escrito.

Iniciando o diálogo

A reflexão que ora apresentamos se origina de uma pesquisa desenvolvida em tese de doutorado, a qual objetiva analisar as condições e as instâncias formativas por meio das quais mulheres camponesas e líderes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Diocese de Caetité/BA, que pouco frequentaram a escola, construíram sua participação nas culturas do escrito. Traçamos e analisamos o perfil de seis camponesas a partir destes dados: situação familiar, social e econômica; escolaridade; faixa etária; e pertencimento religioso e étnico. Depois, reconstituímos, por meio de suas trajetórias de

vida, o processo de atuação e formação nas CEBs do campo, destacando os modos de participação na Educação Popular e nas culturas do escrito, os quais possibilitam ser mulher, mãe e liderança no trabalho cotidiano e na mística do estar junto.

A pesquisa foi feita no município de Candiba/BA, em seis Comunidades Eclesiais de Base, situadas na Paróquia Nossa Senhora das Dores, associada à Diocese de Caetité/BA. Com a finalidade de identificar formas de acesso e apropriação de materiais escritos — o que, por que, como e quando essas mulheres leem e escrevem —, na coleta de dados, utilizamos a história oral, o diário de campo, constituído por eventos de letramento observados, e as entrevistas. A análise documental possibilitou contextualizar e caracterizar as instituições envolvidas na investigação, situando-as no passado e no presente.

A compreensão dos dados fundamenta-se na abordagem qualitativa, que possui estas características: interação entre pesquisador e objeto pesquisado, ênfase no processo, permissão da modificação de técnicas de coleta, revisão de questões, localização de novos sujeitos, revisão de toda a metodologia durante o desenrolar do estudo, preocupação em retratar a visão pessoal dos participantes, trabalho de campo, descrição e indução. Tal metodologia visa, portanto, à descoberta de novos conceitos, relações e formas de entendimento da realidade (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005).

Comunidades Eclesiais de Base: situar-se no presente, reconhecer o passado¹

As Comunidades Eclesiais de Base têm uma importância histórica no Brasil e na América Latina desde 1960. Nasceram na Igreja Católica, estão estruturadas e se articulam — em âmbito local, diocesano, regional e nacional — mediante atividades comuns. Fundamentam-se na Teologia da Libertação e, de forma geral, adotam como recursos metodológicos, em seus encontros, o Método *Ver, Julgar e Agir*² e os círculos bíblicos criados por Carlos Mesters. Nessas ocasiões, o grupo se reúne, faz orações e, com a ajuda de um coordenador, cuja tarefa é animar, seleciona questões para a

¹ O que pretendemos aqui não é resgatar a memória histórica das Comunidades Eclesiais de Base, o que já foi feito por intelectuais que vivenciaram esse modo de ser Igreja. Sugerimos aos interessados consultar: Fernandes (2009) e Frei Betto (1981).

² O Método *Ver, Julgar e Agir* busca apreender a realidade (diagnostica a realidade brasileira), julgá-la (com premissas filosóficas-teológicas-pastorais e ideias das ciências humanas) e exercer atividades coerentes com esses pressupostos.

reflexão. O saber popular e a leitura de mundo³ são valorizados, e é enfatizada a importância do aprendizado e da experiência de cada um dos participantes.

Segundo Betto (2005), a estruturação de homens e mulheres nas CEBs divide-se em cinco esferas de organização social. A primeira é a *pastoral*, que expressa a necessidade da luta por direitos e justiça, suscitada a partir da reorganização das Comunidades Eclesiais de Base no mundo popular brasileiro pós-1964 e do Método *Ver, Julgar e Agir*. A segunda é o *movimento popular*, originado do compromisso social das Comunidades Eclesiais de Base, feito na metade dos anos 1970. Há também o *movimento sindical*, ressurgido ainda nos anos 1970, quando, por meio das oposições sindicais, os movimentos populares começaram a ganhar caráter de classe. A quarta área é a dos *partidos políticos*, fruto do movimento social popular, que havia adquirido forma própria, e dos consequentes esboços de projetos de sociedade. Por fim, surgiram as *administrações populares* quando os partidos decidiram disputar espaços na esfera do poder estatal.

As Comunidades Eclesiais de Base expandiram-se na Diocese de Caetité/BA a partir de 1980. Atualmente há quase 1.500 CEBs espalhadas no território dela, as quais possuem, ao menos, uma equipe de coordenação sob a responsabilidade direta de leigos⁴. Segundo Margarida⁵,

a Comunidade Eclesial de Base não é só para rezar, também não é só catequese [...]. Padre Martinho recomendava pra gente: “depois do culto fiquem reunidos ainda por meia hora para discutir os seus problemas, para ver como a comunidade está vivendo, se vocês precisam de alguma coisa e tentem apresentar uma solução, também junto das autoridades”. [...]. Aqui em Candiba não existia nenhuma organização sindical, então, ele incentivou a criação do sindicato dos trabalhadores rurais.

A Paróquia Nossa Senhora das Dores, em Candiba/BA é formada por 35 Comunidades Eclesiais de Base. Destas, 30 são comunidades do campo, 25 coordenadas por mulheres e 5 por homens; e 5 são comunidades urbanas, 2 coordenadas por homens e 3 por mulheres.

Em sua maioria, essas comunidades são pequenas, mas celebram semanalmente o culto dominical e realizam a catequese. Por ano, são feitas, em média, três missas em cada comunidade. Constatamos, nessa Paróquia, a existência de alguns grupos, dentre

³ A leitura de mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 1988).

⁴ O termo “leigo” se refere àquela pessoa do povo que realiza a missão de Ministro não ordenado na Igreja e na sociedade civil.

⁵ Para preservar a identidade das entrevistadas, utilizamos nomes fictícios.

eles: Pastorais da Catequese, do Dízimo, da Criança, da Terceira Idade, da Esperança, dos Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística e do Batismo; Grupo de Acólitos; Infância Missionária; Associação Ação Fraterna da Paróquia Nossa Senhora das Dores; Associação Esperança e Liberdade; Pastoral Familiar; Pastorais Sociais.

Para Dália, um dos traços mais marcantes das CEBs é o lugar que os animadores/as lideranças ocupam nas comunidades. As mulheres assumem responsabilidades como: coordenar suas próprias comunidades; presidir o culto semanal; participar de encontros de formação; organizar associações de moradores; dirigir sindicatos de trabalhadores rurais; e ordenar mutirões de ajuda voluntária e marchas por reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, do salário maternidade e da aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, por produção de alimentos saudáveis, por saúde de qualidade, por construção de novas relações sociais e de gênero, e por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e dos camponeses. Tudo isso porque as CEBs são e lutam para ser comunidades participativas na vida de fé, nos serviços e nas decisões.

As CEBs, que nos últimos anos haviam vivido certa clandestinidade, pela primeira vez em sua história, tiveram um Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (evento que reúne os representantes destas) apoiado e reconhecido por um papa. Na ocasião do 13º Intereclesial, o Papa Francisco enviou aos mais de cinco mil participantes de todo o Brasil e de outros países a seguinte mensagem: “*as CEBs trazem um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja [...]*” (FRANCISCO, 2013, p.1). Também assegurou que oraria para que o 13º Intereclesial fosse um encontro abençoado.

Embora grupos e instituições apontem o esgotamento das CEBs, as mulheres camponesas líderes dessas comunidades ainda as consideram dinâmicas, pois acompanham de perto a experiência e acreditam na força de sua espiritualidade e de sua vitalidade. Para elas, o importante não é a maior ou menor presença das CEBs na mídia, mas a relevância de suas práticas.

Segundo Jasmim, nos últimos 10 anos as CEBs vêm se reduzindo e passando por dificuldades. Tal situação se deve, de acordo com ela, ao modelo de Igreja piramidal “hiperdependente” do padre ordenado, uma vez que sem este praticamente não se consegue fazer nada. O modelo das CEBs não é hierarquizado. Outro desafio é o modelo baseado nos meios de comunicação, cujos máximos expoentes são os padres Reginaldo Manzotti, Marcelo Rossi e Fábio de Melo e o grupo midiático Canção Nova,

da Renovação Carismática Católica, os quais veiculam uma fé descontextualizada, que leva à alienação.

A propósito, ressalta Fernandes (2009) que novas configurações da relação indivíduo-religião no Brasil podem ser observadas. Emerge-se um novo fenômeno: o aumento de pessoas que se denominam sem religião; o desejo intenso de autenticidade, que faz com que a escolha religiosa e a própria crença sejam elementos determinantes dessa busca; a pluralidade maior nas formas de definição da pertença institucional ou nos modos de ser religioso.

Portanto, as CEBs nasceram da fé do povo. Nos dizeres de Acácia, *“nem tudo são flores, mas buscamos resistir na Igreja no formato das CEBs, que nasceu da lasqueira da vida com o povo que buscava ligação entre fé e vida, comunhão e fraternidade, continuamos a caminho, e quem quiser entre na roda com a gente”*. As CEBs são instituições abertas a todos que quiserem fazer parte dessa caminhada, sempre católica e ecumênica. O centro não é o padre, mas a comunidade, que lê e interpreta a Palavra de Deus e se engaja contra a pobreza, gerando uma organização comunitária e rotativa dos serviços religiosos, articulada à realidade social de seus participantes.

A interface da Educação Popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas CEBs

As mulheres das CEBs são e estão em movimento(s). Faz parte da história de cada uma, desde a infância, a Igreja Católica. Esta, por meio das CEBs, a partir das décadas de 1980 e 1990, passa a ser o espaço articulador dessas lideranças, criando um ambiente de estudo e ação, que estimula a participação interna (na Igreja) e social (nos movimentos sociais).

A trajetória trilhada pelas interlocutoras da pesquisa até a conquista do espaço público foi longa. Filhas de pequenos agricultores, nasceram e viveram na zona rural; aprenderam desde cedo as *lidas do campo*. Suas infâncias foram marcadas pelas dificuldades de sobrevivência e pelo árduo acesso à escola. Os baixos níveis de escolaridade das entrevistadas — Margarida e Dália (3ª série do Ensino Fundamental); Acácia, Jasmim e Íris (4ª série); e Hortênsia (6ª série) — não são só uma questão da chegada tardia à escola. Percebemos que a distribuição do acesso à cultura escrita para essas mulheres, além de ter sido regulada pela escolarização, foi limitada por fatores referentes ao âmbito social, à etnia/raça e ao gênero.

Margarida (62 anos), Dália (60 anos), Acácia (38 anos), Jasmim (53 anos), Íris (52 anos) e Hortênsia (38 anos) — ao participar das CEBs, da Igreja Católica, dos partidos políticos, das associações de trabalhadoras rurais, do Movimento de Mulheres Camponesas e dos sindicatos — encontraram sentido, motivos e mesmo condições para enfrentarem as discriminações de gênero e as desigualdades de poder existentes na família e no espaço público dos movimentos sociais e da Igreja. A experiência de participação das líderes nesses espaços formativos apresenta-os como possíveis agências de letramento.

A Educação Popular nas CEBs se constitui e se revela enquanto forma de relação com o outro, de afeto. Desenvolve ações coletivas em uma esfera sociocultural, nas quais os sujeitos interagem, criam espaços de solidariedade, praticam uma cidadania em processo, vivenciam práticas educativas que propiciam múltiplas aprendizagens, reivindicam direitos e buscam mudar a sociedade em que vivem. Enfim, a sabedoria revelada no modo de transitar nesse universo é o que compreendemos como interface da Educação Popular.

O fenômeno que estamos identificando como Educação Popular se aproxima da visão de Dornelles (2003, p. 11), que considera a educação

[...] não apenas como um lugar de produção e aprendizado de conhecimentos, mas também como um lugar de cultura, de arte, de espiritualidade e de vida; como um processo intercultural, humano e humanizador, que se constitui e se expressa como movimento e no movimento de produção, organização e gestão da vida e do cuidado.

Tal interface da Educação Popular nas CEBs é um saber de experiência. Este é entendido como o saber “que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 27).

Para as mulheres entrevistadas, é na experiência de sociabilidade que mobilizam estratégias de convivência com o semiárido. Por exemplo, nos serviços realizados na Pastoral da Criança, aprendem a partilhar “*seu saber com as famílias de sua comunidade*”, ensinam a importância da vacinação e do aleitamento materno. O malabarismo exercido pelas mulheres revela uma sabedoria para lidar com os conflitos, uma arte de cuidar que requer ações de vigilância e inventividade das comunidades pobres para relativizar as tensões que atravessam permanentemente esse grupo e preservar os laços que as mantêm unidas. Assim,

a experiência formadora é uma aprendizagem que articula, hierarquicamente: saber fazer e conhecimentos, funcionalidade e significação, técnicas e valores num espaço tempo que oferece a cada um a oportunidade de uma presença para si e para a situação, por meio da mobilização de uma pluralidade de registros. (JOSSO, 2004, p. 39).

A tensa relação entre os saberes formais e os da experiência, nem sempre legitimados, é identificada e problematizada por meio da tomada de conhecimento dos registros orientadores das vivências. A família, a comunidade, o sindicato, o Movimento de Mulheres Camponesas, os espaços de trabalho são lugares nos quais as entrevistadas produzem saberes e sentidos para sobreviver e viver dignamente. Parece-nos razoável afirmar que são saberes populares, porque nascem da atividade de pensar e refletir sobre a experiência vivida por elas em todas as práticas realizadas e organizadas nas CEBs e em outros segmentos sociais.

A experiência em atividades feitas nas CEBs e nos demais segmentos sociais também proporciona diversos saberes de natureza política e organizativa, como: coordenar pequenos e grandes grupos; elaborar propostas conjuntas; tomar decisões individual e coletivamente; encorajar as pessoas a desenvolver uma disposição para lutar por seus direitos; planejar ações, considerando estratégias e táticas; compartilhar; identificar e saber agir, levando em conta as relações de força em jogo, os interesses de pessoas e grupos; reconhecer as formas de luta para defender tais grupos; e aprender a enfrentar tensões quando não há consenso. Além disso, há um aprendizado mais pessoal: a superação do medo de falar em público e a valorização da própria opinião, mantendo energia e iniciativa mesmo em situações hostis.

Nas CEBs, as mulheres são majoritárias. A participação feminina adquire um valor especial. Na percepção de Íris, *“a participação das mulheres revelam capacidade organizativa, demonstram sensibilidade, espontaneidade e gratuidade nos serviços da comunidade”*.

A partir do depoimento da entrevistada, observamos que homens e mulheres são construídos socialmente na cultura em que estão inseridos. Desde a infância, somos orientados para seguir determinados comportamentos socialmente aceitos. Temos um ideário cultural de que as mulheres são sensíveis, dóceis, amáveis, frágeis, gentis, cuidadosas, cuidadoras, e ocupam-se, sobretudo, do privado, da família, das “coisas” de mulher e, principalmente, do cuidado do outro. Já os homens são considerados fortes, inteligentes, racionais, competitivos, provedores e atentam para o que é público. Para Gebara (2000, p. 107),

gênero quer dizer, entre outras coisas, falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e de outro lado, num caráter que vai além do biológico porque é justamente um fato de cultura, de história, de sociedade, de ideologia e de religião.

Entendemos ser de extrema importância que as relações entre as instituições religiosas e a sociedade sejam revisitadas por diferentes olhares, inclusive no campo da Educação. Isso porque, por meio dos fiéis, essas instituições propagam ensinamentos da religião para além dos muros da Igreja, sendo de especial importância, neste texto, os ligados às questões de gênero.

Margarida lamenta que no campo existam muitas mulheres passivas, submissas às ordens do marido e ao modelo de comportamento atribuído a elas por uma sociedade machista. A visão que se tinha, e ainda se tem, é que o papel da mulher na sociedade é tratar dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Aquelas que se ausentam do lar para realizar trabalhos comunitários, religiosos ou sindicais são vistas como transgressoras.

Segundo Margarida, as mulheres, aos poucos, vêm conquistando espaços nas lutas sociais. *“Não aceitam mais a rotulação de sexo frágil e partem para a exigência de seu reconhecimento enquanto mulher, mãe, esposa e trabalhadora rural, querem ser vistas em suas três jornadas de trabalho e não somente enquanto gestora do lar”*. Margarida explicou que o grupo de mulheres camponesas conseguiu nos últimos anos criar um novo estilo de reflexão e mobilização e passou a penetrar nas diretorias das organizações sindicais, dos partidos políticos e das associações, tradicionalmente ocupadas por homens.

Ser mãe é uma qualidade comum a todas as mulheres desse grupo. Todas têm mais de dois filhos. As entrevistadas se referem à maternidade como um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais e raciais/étnicas e pela questão de gênero, que lhe é subjacente.

A maternidade, no conjunto das falas das mulheres entrevistadas, é considerada algo único, especial na vida da mulher: *“Ah, ser mãe é muito bom, é uma coisa, um sentimento muito forte, grandioso”* (Íris). Acácia, além de afirmar que a maternidade é *“uma coisa decisiva, que não pode ser mudada”*, disse que ser mãe implica a conjugação de aspectos positivos e negativos, recompensas e sacrifícios, escolhas e renúncias:

ser mãe é uma benção divina, mas aproveita que tua vida muda pra sempre [...]. Tenho duas filhas, quando preciso de uma coisa e elas precisam, priorizo a necessidade delas e não a minha. [...] tenho vontade de estudar, mas a vez agora é delas, então, adiei o meu sonho de estudar. [...] às vezes, estou estourada de cansada, mas, quando uma delas adoece, tenho que ficar acordada olhando, é cansativo, mas é o meu dever de cuidar e faço com carinho. O sofrimento existe, mas a alegria e o prazer de ser mãe recompensa tudo [...].

A religião reforça, de modo geral, essa ideia da mulher sempre disposta a servir, a perdoar, a ser submissa, a se completar na maternidade, esta última é vista como algo divino que coloca a mãe em segundo plano sempre. Quando a mulher assume tarefas diversificadas, participa ativamente dos eventos comunitários e religiosos e dá conta do papel de esposa-mãe, vai silenciosamente ganhando o reconhecimento e o respeito daqueles que se achavam donos da verdade e do poder de decisão.

No caso das entrevistadas, as instituições sociais (sindicato, Movimento de Mulheres Camponesas, CEBs, Pastoral da Criança, associações etc.) dão novas oportunidades. O trabalho comunitário e o acesso ao conhecimento sistematizado redesenharam a figura feminina nas instituições sociais. Há mulheres que se destacam em ofícios que as empoderam tanto dentro quanto fora do lar. Isso implica dizer que, além das transformações sociais de ordem material e simbólica efetuada por elas, averiguamos possibilidades de organizar, construir e reconstruir os espaços onde vivem por meio de ações coletivas, fundadas a partir de novos critérios, os quais envolvem múltiplos papéis e permitem a construção de “novas mulheres”.

Os depoimentos evidenciam que as experiências de formação das participantes da pesquisa revelam novas dimensões do ser liderança nas CEBs, de seus vínculos com as lutas sociais, com a construção de identidades coletivas. São esses vínculos com causas, sobretudo, ligadas à identidade, à cultura, à terra, ao território, que ampliam o próprio conceito de quem é, ou melhor, de quem são as lideranças das CEBs. Isso gera práticas que se pautam na compreensão do trabalho comunitário, no compromisso com as interações humanas e também no conhecimento da estrutura da Igreja e de seu funcionamento.

Segundo Anjos (2008), “líder” é a qualificação usada para designar as mulheres ou os homens de classes populares que desempenham continuamente atividades em espaços associativos. Essa denominação expressa uma diferenciação entre os membros da própria “comunidade” e implica a existência de uma hierarquia entre os fiéis, baseada em certas capacidades de “liderança”. Estas envolvem as habilidades de

planejamento e de organização, ligadas a alguma instrução. Para Hortênsia, *“toda mulher é uma líder de sua vida, seja no trabalho ou em casa porque na condição de pessoa ela é capaz de pensar, se mover e sentir”*.

Anjos (2008) explica que, entre os “líderes”, a atividade militante relaciona-se à busca de satisfações morais e reconhecimento das populações pelas quais atuam. No caso de nossa pesquisa, as líderes consideram que a participação na Pastoral da Criança leva benefícios para suas famílias. Íris afirmou: *“no momento da formação, a gente aprende a ser uma melhor mãe, a buscar alternativa tanto de alimentação, quanto da prevenção de doenças [...]. Então, tudo isso vai modificando dentro da família”*.

Acácia evidenciou aprendizagens sobre seus próprios problemas de saúde, seu lugar na família, suas relações com as filhas e com o companheiro, seu papel na sociedade (no sentido da igualdade de gênero), seu contato com programas socioeducativos contra todo tipo de violência e discriminação. Assinalou: *“a gente aprende a educar os filhos, sabendo impor limites, a ter diálogo, isso são bens que a gente adquire com a formação e participação”*.

Como entender as lutas das lideranças camponesas sem ter presente a mística que as sustenta? Sem perceber o papel importante da memória de todas as lutas anteriores na alimentação das atuais? As lideranças, ao falarem da “mística do estar-junto”, explicam o sentido e o significado dos símbolos utilizados nas celebrações e nos encontros realizados nas CEBs, na Pastoral da Criança, nos sindicatos e nas associações. As recordações evocadas por tais símbolos estão carregadas de afetividade comunitária; são fonte de comunhão psíquica; oferecem pelo menos uma racionalização da situação atual; e, por último, propõem lições para o futuro. Dália comentou:

o momento da mística é muito importante, porque é o chamamento de cada um e de todos para a solidariedade e participação na luta [...]. Alimentamos nossa caminhada com a leitura orante da palavra de Deus que falam de sofrimento e esperança, justiça e paz, a partir do jeito de ser e viver do homem e da mulher agricultora. Daí, surge nosso modo de acreditar na proposta de um novo homem e uma nova mulher, com dignidade e justiça, que pode começar por aqui e a luta é um dos jeitos da gente conseguir.

Para Dália, a mística é um elemento presente no cotidiano das mulheres camponesas lideranças nas CEBs que produz a reflexão sobre as formas como se processa o contágio afetivo e como se constituem o estar, o experimentar, o fazer junto com o outro. Tais ações recriam e produzem a vida. Assim, sinaliza-se o potencial da prática da mística de mobilizar as pessoas na busca de melhorias para si e para os

outros. Dália acredita que a mística também desempenha um papel dinamizador no enfrentamento das injustiças e das desigualdades sociais.

Maffesoli (1996) entende que é na convivência ou no “estar-junto-com” que se revela a forma como os sujeitos se relacionam com os outros, como atuam, sentem e vivem com seus semelhantes. Na compreensão do autor, as dimensões éticas apontam para a existência de uma maneira de ser fundada na empatia e na proximidade. Promovem e potencializam os laços e as ligações entre as pessoas e as agregações fundadas em um dever ser, mas se cristalizam a partir de “um estar junto comunitário”.

Marcas de leitura e posse de materiais escritos: objetos, circulação e finalidades

De acordo com Galvão (2010, p. 231), “são quase ausentes os estudos sobre as igrejas como instâncias de difusão do escrito”. As práticas religiosas são, todavia, como já mostram alguns trabalhos (SOUZA, 2009), fundamentais na aproximação entre indivíduos e cultura escrita. Ao centralizar este estudo em processos educativos não escolares, geramos subsídios para melhor compreender o papel ocupado pelas instâncias religiosas populares (no caso, as católicas) na formação de mulheres e de seus processos de aproximação com a leitura e a escrita.

Nas Comunidades Eclesiais de Base, as mulheres se deparam com encontros e táticas que alteram o estado da submissão. Segundo Certeau (1999), elas mudam sua *maneira de fazer* quando se apropriam dos espaços de outra forma, por exemplo, participando dos movimentos sociais, da Igreja e da associação de moradores. De acordo com Galvão e Di Pierro (2007, p.16), “especialmente as que conquistaram posição de liderança comunitária e a possibilidade de fala pública, preservam a autoestima, recusam a tutela e reafirmam sua capacidade de discernimento”. Esclarecedor é o comentário de Acácia:

Ser alguém eu já sou! Já sou alguém, [...], mas eu quero ser alguém que sabe falar direito, porque, se a gente não sabe ler, falar e escrever sem erros, no mundo de hoje, a gente sofre [...], principalmente as pessoas que são líderes de comunidade, como eu sou, e têm que ir nas repartições públicas para resolver problemas dos moradores, têm que lidar com documentos como atas, regimentos, projetos, lista de presença, tem que dar muitas assinaturas, etc.[...], temos que ter a palavra fácil, ainda mais quando a líder e animadora da comunidade é negra, pobre e mulher, etc. Tem que ter sabedoria pra se virar!

Como elucidada Acácia, sua atuação no campo religioso e na associação de moradores demonstrou-lhe a importância de buscar, na idade adulta, novas formas de estruturar o discurso oral e o escrito. Com isso, ela pode qualificar sua participação cidadã, integrar-se em diferentes atividades, desempenhar papéis e interagir com diversas tecnologias e instrumentos culturais.

Ela reconhece que “*saber falar direito*”, “*saber ler, falar e escrever sem erros*”, “*lidar com documentos*”, “*ter a palavra fácil*” são conhecimentos que fazem diferença na maneira de usar a leitura, a escrita e a oralidade em um contexto social de crescente marginalização de grupos que não sabem ou pouco sabem ler e escrever, dada a centralidade da escolarização e do necessário domínio da língua escrita em sociedades “grafocêntricas”. Ao dizer, porém, que “*tem que ter sabedoria pra se virar*”, percebe que a escolarização não é a via única de acesso ao patrimônio cultural legítimo. Isso implica pensar “que passar pela escola não garante o desenvolvimento tipicamente escolar, assim como não passar por ela não impede que isso aconteça” (OLIVEIRA, 2009, p. 238).

Independentemente dos anos de escolarização, Acácia acredita que as lideranças — quando dominam o uso da leitura, da escrita e da oralidade — possuem habilidades e atitudes necessárias para uma participação cidadã ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial. Elas mantêm, com os outros e com o mundo que as cerca formas de interação, atitudes e competências discursivas que lhes conferem diferenciado estado ou condição de conhecimento em uma sociedade letrada.

Sobre sua vida escolar, Dália relatou que, quando criança, estudou pouco, mas seus filhos foram seus grandes professores. Como tinha dificuldade para fazer anotações, levava-os para as reuniões das CEBs, do sindicato e do Movimento de Mulheres Camponesas para assessorá-la: “*além de anotar as coisas pra mim, davam muitas dicas sobre como ler, como escrever e, assim, eu fui aprendendo e evoluindo na leitura e na escrita*”.

Jasmim destacou as aulas de Padre Bruno sobre história da Igreja e fato religioso. Recordou que, com ele, aprendeu a fazer leituras de mapas: conforme liam a Bíblia, localizavam nos mapas os lugares citados. Portanto, ao ouvir falar de Palestina, Jerusalém, Egito, lembra dos estudos realizados. A preocupação dela era aprofundar os conteúdos trabalhados, por isso realizava com rigor as tarefas.

Dália pontuou que, na infância, o acesso ao material de leitura foi bem restrito. Da escola, lembrou-se dos exercícios repetitivos e das continhas no quadro, da palmatória e dos castigos dados pela professora. Lembrou-se que o acesso ao material de leitura e à escrita se deu na vida adulta por meio da participação nas CEBs e no sindicato.

Encontramos nas casas das entrevistadas: Bíblia, documentos da Igreja, Jornal Mundo Jovem, Jornal Brasil de Fato, material da catequese e da Pastoral da Criança, livros didáticos e literários dos filhos e dos netos, livros e cadernos de receitas culinárias, cadernos e livros de letras de música, escritos informativos, cordéis, cartas, cartões, folhetos de propaganda etc. Detectamos a existência, em grande quantidade, de materiais impressos de leitura, tanto no recinto doméstico quanto no religioso. Notamos, porém, desigualdades nas apropriações, devido às formas de aquisição e circulação de escritos e às possibilidades de leitura para além dos muros escolares.

Conhecer os modos de participação nas culturas do escrito de mulheres camponesas lideranças das CEBs sinaliza as Comunidades Eclesiais de Base como espaços de circulação de textos e práticas de leitura. Caracteriza a família e a religião, o Movimento de Mulheres Camponesas, os sindicatos, o Movimento de Educação de Base e os programas de alfabetização de adultos como instâncias formativas. E revela a escola como local de difusão de textos e práticas de leitura.

As leituras religiosas estão presentes em todos os casos pesquisados. As mulheres camponesas, comprometidas de alguma maneira com atividades de liderança, são as que mais se envolvem em práticas de leitura e escrita religiosas. Elas atribuem a suas leituras uma carga de vida e experiência, ambas mescladas por marcas pessoais, coletivas e institucionais de memória intelectual e emocional.

Todas as entrevistadas conheceram alguém alfabetizado com o material escrito que circulava nas CEBs, sobretudo entre 1980 e 1990. Com efeito, nas CEBs, as mulheres usam a leitura e a escrita de acordo com suas necessidades. A fluência depende da frequência com que estabelecem contato com o objeto de leitura e escrita e com o tipo de texto a que estão expostas. Acreditamos que o acesso ao “material escrito” essencialmente religioso as faça leitoras da vida, capazes de reconhecer os símbolos bíblicos e interpretar as imagens, compreendendo, assim, os usos sociais da leitura e da escrita, mesmo que não dominem um código escrito, isto é, mesmo que não sejam alfabetizadas e não tenham passado por escolarização.

Considerações finais

Neste estudo, foi possível constatar que — apesar de as entrevistadas serem atingidas por desigualdades, discriminação, machismo e violências — julgam-se mais responsáveis do que submissas, mais livres do que dependentes. Manifestam, ainda, sua intensidade de viver, sua capacidade e sua vontade de agir para obter melhores condições. Demonstram, com isso, ser agentes ativas, tornando-se produtoras de uma organização social de ideologias. Deixam de lado a posição de consumidoras do produto do homem e superam a condição de vítimas a que muitas vezes são relacionadas.

Os modos de ler e escrever dessas mulheres se desenvolvem, por meio de práticas sociais de leitura e escrita, em espaços como a residência, a atuação nas CEBs, a associação de trabalhadores rurais, o Movimento de Mulheres Camponesas. A análise das entrevistas revelou como certas competências, preferências, comportamentos e modos de ler produzidos em outros âmbitos sociais são “ressignificados” e se entrelaçam às práticas de ensino da leitura, ampliando, assim, seu repertório de uso da escrita e de participação cidadã.

As mulheres líderes das CEBs são agentes mobilizadoras de seus saberes e de suas experiências. Promovem e mediam práticas cotidianas de uso da escrita na realização de atividades. Conhecem os meios, as limitações e as possibilidades, as fraquezas e as forças de cada um dos membros do grupo e de suas ações locais. Conseguem identificar pessoas não alfabetizadas, mas que compreendem os papéis sociais da escrita; reconhecem as diferenças entre a língua escrita e a oral. Além disso, convivem com pessoas alfabetizadas que, mesmo dominando o sistema da escrita, pouco vislumbram suas possibilidades de uso.

Quanto ao caráter coletivo de participação nas CEBs, os jovens — principalmente os “catequizandos”, filhos ou netos das mulheres investigadas — colocam-se sempre como aprendizes, independentemente do nível de escolarização. Muitos atuam como escribas (KALMAN, 2003): fazem anotações em reuniões e transcrição de textos, confeccionam cartazes e digitalizam material impresso.

Em síntese, constatamos que as mulheres entrevistadas realizaram, pela via da religião e da participação cidadã, um movimento ascendente em relação aos modos de participação nas culturas do escrito vivenciados por sua família de origem, indicado pela maneira de atuação nas CEBs e em outras instâncias. Essa mobilidade intergeracional também pode ser vista entre as líderes das CEBs e seus filhos. Enquanto as mulheres cursaram apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental, a maioria de

seus filhos estuda ou estudou mais e, além de realizar trabalho comunitário, atua em cargos como o de professor de escolas públicas da rede municipal ou de técnico agrícola na região do oeste da Bahia.

Analisamos as condições e as instâncias formativas por meio das quais as líderes das CEBs, que pouco frequentaram a escola, construíram sua participação nas culturas do escrito. E concluímos que o contexto de produção, circulação e recepção de materiais escritos, os processos de aproximação e usos da leitura e da escrita e os encontros interacionais que envolviam o ato de ler e escrever advêm principalmente das instâncias religiosas populares (no caso, as CEBs) e da participação cidadã (sindicato, associações, Movimento de Mulheres Camponesas).

Esperamos que as contribuições empíricas que nos permitiram conhecer os processos de formação dessas mulheres sejam *traduzidas* para práticas pedagógicas. Assim, podem ser formuladas políticas de Educação Popular que incorporem experiências que esses sujeitos já construíram ao longo de suas trajetórias de vida em torno da leitura e da escrita. Isso porque, ao reconhecermos as práticas de letramento locais, temos melhores respostas às necessidades e às preocupações de uma determinada comunidade e garantimos que tais práticas sejam preservadas “tanto pelos valores culturais que elas representam, como por seu papel de sustentação de identidades de seus usuários” (KLEIMAN, 2006, p.269).

Referências

ANJOS, Gabriela dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 31, p. 509-534, jul.-dez. 2008.

BETTO, Frei. **Desafios da educação popular**. 4. ed. São Paulo: CEPIS, 2005.

_____. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1981.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Tradução Ephraim F. Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DORNELLES, Malvina do Amaral. Disposições ético-estético-afetivas e desafios teórico-metodológicos na pesquisa em educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: Anped, 2003. p. 1-16.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. **Novas formas de crer: católicos, evangélicos e sem-religião nas cidades**. São Paulo: Promocat, 2009. v. 1.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FRANCISCO, Papa. In: Marçal, Jessica. Mensagem do Papa para encontro intereclesial das CEBs – Brasil, 8 jan. 2014. Disponível em: <http://noticias.cancaonova.com/especiais/pontificado/francisco/mensagem-do-papa-para-encontro-intereclesial-das-cebs-brasil/>

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendência e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 218-278.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Preconceitos).

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. São Paulo: Vozes, 2000.

GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N.; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 42, p.13-79, dez. 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KALMAN, Judith. El acceso a la cultura escrita: la participación social y la apropiación de conocimientos en eventos cotidianos de lectura y escritura. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, Ciudad del México, vol. VIII, n. 17, p. 37-66, ene.-abr. 2003.

KLEIMAN, Ângela B. Processos identitários na formação profissional. O professor como agente de letramento. In: CORRÊA, Manoel L. J.; BOCH, Françoise (Org.). **Ensino de Língua: representação e letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 19, p. 20-28, jan.-abr. 2002.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Cultura e psicologia: questões sobre o desenvolvimento do adulto**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SOUZA, Maria José Francisco. **Modos de participação nas culturas do escrito em uma comunidade rural no Norte de Minas Gerais**. 2009. 194 f. Tese (Doutorado em

Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.